



DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Associações evitam retrocesso na Câmara

No encerramento dos trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados, dia 20 de dezembro, as Associações de Magistrados conseguiram retomar o diálogo com os parlamentares e evitar retrocessos aprovados anteriormente no Senado na votação do PLP 257, que afetavam a autonomia e orçamento dos Tribunais. **PÁGINA 3**

Amagis apoia juíza ameaçada

TIAGO PARRELA

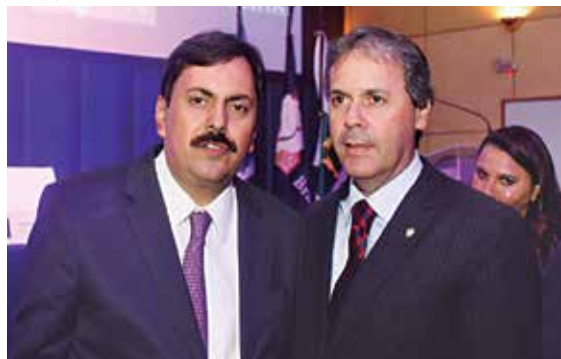


Dirigentes da Amagis com juízes de Unai

Diretores da Amagis foram a Unai (Noroeste de Minas), no dia 27 de dezembro, prestar apoio à juíza Fernanda Laraia Rosa após ataque na Comarca. O presidente Maurício Soares defendeu mais investimentos em segurança em todos os fóruns. **PÁGINA 5**

Mineiros fortalecem nova AMB

AMAGIS



Jayme de Oliveira e Maurício Soares

Vinte e dois magistrados mineiros tomaram posse, no dia 15 de dezembro, na nova diretoria da AMB, presidida pelo juiz Jayme de Oliveira. O presidente da Amagis, Maurício Soares, manifestou otimismo com a gestão para o próximo triênio. **PÁGINA 4**

AMAGIS SAÚDE DESBUROCRATIZA REEMBOLSO - **PÁGINA 24**

Crédito custeia
despesas do TJMG

PÁGINA 3

Juízes estimulam
reintegração

PÁGINA 10 e 11

Parque Esportivo
é opção ao calor

PÁGINA 13

Hora de inverter a pauta e construir agenda positiva

MAURÍCIO SOARES*

Após um ano de intensa atuação das Associações de Magistrados, quando enfrentamos e superamos campanhas de enfraquecimento do Judiciário, impedindo retrocessos e perdas de direitos, chegou a hora de inverter essa onda negativa e construir uma pauta positiva. Por meio da retomada do diálogo entre a Magistratura, o Ministério Público e o Congresso Nacional, o clima tenso precisa ser superado neste novo ano, em favor de maior participação da Magistratura nas discussões dos projetos de interesse do Sistema de Justiça e das carreiras jurídicas.

A falta de interlocução provoca, por outro lado, situações de flagrantes inconstitucionalidades como a da PEC 55/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos, ao afastar a participação do Poder Judiciário na elaboração do novo regime fiscal.

“Estamos preparados e amadurecidos para o debate a partir da intransigente defesa dos direitos e garantias da classe”

A medida viola as autonomias administrativa e financeira dos Tribunais (CF, art. 99), bem como a independência e harmonia dos Poderes (CF, art. 2º), o que levou as Associações nacionais de magistrados a ajuizarem ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

Apesar do tensionamento e da falta de entendimento, conseguimos, com apoio de outras lideranças nacionais e mineiras, salvar 2016 no apagar das luzes. Em um sinal do que poderá se repetir neste ano, a Câmara dos Deputados, no último dia de trabalhos legislativos, retirou dispositivos que afetariam a Magistratura e o Ministério Público durante a aprovação do Projeto de Lei Complementar 257/2016, que tratava da renegociação da dívida dos estados. Caso fosse aprovado, mexeria no fundo do Judiciário entre outras medidas que comprometeriam a autonomia, a gestão e a administração dos tribunais. Foi, sem dúvida, uma vitória.

Estamos preparados e amadurecidos para o debate a partir de nossa conhecida posição de intransigente defesa dos direitos e garantias da classe. Não aceitaremos ficar novamente de fora do debate, quando temas como subteto, reforma da Previdência e a criminalização da ação judicante estarão na ordem do dia. Com a reabertura das negociações e do ano parlamentar, entraremos em 2017 discutindo o PLP nº 6.726/2016, que visa a regulamentar o limite remuneratório imposto pelo teto constitucional aos agentes públicos.

Será fundamental, nesse debate, reconhecerem que a Magistratura acumulou perdas inflacionárias nos subsídios há mais de cinco anos, apesar da previsão constitucional de reajustes anuais. Se tivessem sido aplicados, muitos problemas teriam sido evitados. Soluções também

não faltam como a PEC nº 63/2013, que prevê o restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), valorizando a dedicação à carreira.

A reforma da Previdência, por sua vez, sinaliza mudanças que atropelam direitos, garantias fundamentais e as condições de vida da população brasileira. Mais grave é o fato de que uma proposta desse alcance chegar ao Congresso sem um debate qualificado com toda a sociedade, especialmente os sindicatos e associações. Ao focar apenas a crise econômica, os aspectos jurídicos e sociais ficaram em segundo plano e, consequentemente, comprometidos.

Vários outros desafios ficaram para 2017, mas estaremos vigilantes e atuantes, juntamente com as demais Associações nacionais e estaduais, para evitar a aprovação dos projetos que afetam o Judiciário e a classe. ■

(*) Presidente da Amagis

ÍNDICE DECISÃO!

Associações impedem retrocessos em Brasília

PÁG 03

Mineiros reforçam diretoria da AMB

PÁG 04

Juíza recebe apoio

PÁG 05

Metas fixam objetivos para Justiça Estadual

PÁG 06

Enfam faz dez anos de aprimoramento

PÁG 07

Modernização

PÁG 08

Personalidade Jurídica

PÁG 09

Mudança de realidade

PÁG 10

Ações beneficentes auxiliam Nutris

PÁG 12

Parque Esportivo é opção no verão

PÁG 13

Entrevista:

Juíza Angélique Ribeiro de Souza

PÁG 14

+SAÚDE!

Chuvas favorecem a proliferação do Aedes Aegypti

PÁG 19

Amagis Saúde facilita reembolso

PÁG 20

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)

ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Júnior

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíza José Martinho Nunes Coelho

Vice-presidente do Interior:

Juíza Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juíza Ricardo Torres Oliveira

Diretor-Secretário:

Juíza Christyano Lucas Generoso

Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Associações impedem retrocessos em Brasília

Câmara dos Deputados retirou dispositivos do PLP 257/16 que prejudicariam o Judiciário e a classe

De fevereiro a dezembro de 2016, as Associações de magistrados, incluindo a Amagis, imprimiram ritmo intenso em Brasília com reuniões, interlocução permanente com parlamentares e mobilizações nacionais e estaduais, a fim de impedir retrocessos no Judiciário.

Todo esse esforço não foi em vão. No dia 20 de dezembro, a Câmara dos Deputados, ao votar e aprovar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, que trata da renegociação da dívida dos estados, retirou os dispositivos que iriam impor uma série limitações financeiras aos Tribunais, comprometendo o orçamento e a administração.

“Acompanhamos, passo a passo, toda a tramitação dos projetos para evitar retrocessos à

Reunião da Frentas como o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia

ASCOM / AMB



Magistratura em constantes viagens a Brasília e em contato permanente com outras Associações e os parlamentares mineiros. Com apoio de outras lideranças mineiras, conseguimos barrar retrocessos, como no caso do PLP 257, que mexia no fundo do Judiciário, entre outras que afetavam a autonomia, a gestão e a administração dos tribunais. Foi, sem dúvida, uma vitória”, disse o presidente da Amagis.

Após a aprovação do PLP 257/2016, representantes da Frente As-

sociativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) foram recebidos pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. A reunião teve como objetivo tentar construir uma pauta positiva para a Magistratura e carreiras jurídicas em 2017, quando deverão ser votados o subteto e a reforma da Previdência.

Outra importante vitória para a Magistratura foi a interrupção da tramitação do Projeto de Lei 4.850/2016, desfigurado na Câmara dos Deputados, conforme denun-

ciou, por meio de nota, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares. O projeto foi suspenso após o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, deferir liminar no mandado de segurança 34.530.

Diante disso, o presidente Maurício Soares, que, durante todo ano de 2016, atuou em Brasília junto aos parlamentares para evitar retrocessos ao Judiciário, e representantes de outras Associações manterão a vigilância e a mobilização no início de 2017. ■

Crédito Suplementar

Recurso no valor de R\$ 12 milhões custeia despesas de pessoal

A publicação da Lei 22.392, de 2016, no Diário Oficial, em 15 de dezembro, garantiu a abertura de crédito suplementar para o TJMG no valor de R\$ 12 milhões, viabilizando o custeio de

despesas de pessoal e encargos sociais.

Com rápida tramitação, a proposição foi aprovada no plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no dia 30 de novembro, após ter passado

pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da casa, no dia 23 do mesmo mês.

A abertura do crédito foi viabilizada com o uso do excesso de arrecadação da

contribuição patronal para o Fundo Financeiro da Previdência, no valor de R\$ 3 milhões, e da contribuição do servidor para o mesmo fundo, no montante de R\$ 9 milhões. ■

Mineiros reforçam diretoria da AMB

Associação passa a ser integrada por 22 magistrados mineiros

AMAGIS



Mineiros durante posse em Brasília

Integrada por 22 magistrados mineiros, a nova diretoria da AMB, presidida pelo juiz Jayme de Oliveira, tomou posse no dia 15 de dezembro, em Brasília, em uma cerimônia da qual participaram cerca de 500 pessoas, entre autoridades dos três Poderes e representantes de Associações, como o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares. Veja abaixo quem são os magistrados de Minas Gerais que compõem a nova gestão da AMB.

Em seu discurso de posse, Jayme de Oliveira disse que as Associa-

ções de magistrados concentrarão todas as suas forças e esforços na defesa intransigente da Magistratura e do Judiciário. "Quero dizer aos magistrados do Brasil: lutaremos dia e noite para transmitir a todos a necessária tranquilidade para trabalhar, paz de espírito para julgar, tempo para conviver com suas famílias e garantir um futuro digno aos nossos aposentados, aos juizes de hoje e às gerações futuras", afirmou o novo presidente da AMB.

O apoio dos mineiros para a nova diretoria também veio das urnas. Dos 5.537 votos que elegeram

a chapa AMB Forte, Representativa e Independente, 533 foram de juizes e desembargadores do Estado. O que correspondeu a 72% da votação em Minas Gerais.

Em busca de parcerias, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, entregou, no dia 4 de novembro, ao então candidato Jayme de Oliveira, as propostas da Magistratura do Estado, que incluem, entre outras, a valorização da permanência da carreira, pagamento isonômico dos créditos devidos, recomposição anual automática dos subsídios, e criação de um plano nacional de segurança.

O vice-presidente de Planejamento Estratégico, Previdência e Assuntos Jurídicos, desembargador Nelson Missias de Moraes, adiantou que será necessário reconstruir pontes porque o confronto não leva a bom termo. "O que está acontecendo é falta de diálogo, porque a sociedade precisa de um Judiciário independente e da liberdade de julgar para estabelecer o equilíbrio entre o fraco e forte", observou ele. (veja página 3). ■

MINAS NA DIRETORIA DA AMB

★ **Vice-presidente de Planejamento Estratégico, Previdência e Assuntos Jurídicos**
Desembargador Nelson Missias de Moraes

★ **Assessores da Presidência**
Desembargador Tiago Pinto
Juíza Miriam Vaz Chagas

★ **Coordenadoria Regional dos Aposentados**
Juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo

★ **Subcoordenador Regional da Justiça Estadual**
Juiz Lailson Braga Baeta Neves (região sudeste)

★ **Secretaria de Prerrogativas**
Juiz Edmundo José Lavinas Jardim
Juiz Dalmo Luiz Silva Bueno

★ **Escola Nacional da Magistratura (ENM)**

Juiz Marcelo Piragibe Magalhães (diretor-presidente)

Juíza Aldina de Carvalho Soares (secretaria-geral)

Desembargador Caetano Levi Lopes (coordenadoria pedagógica)

Desembargador Jayme Silvestre Corrêa Camargo (coordenadoria sudeste)

★ **Secretaria de Assuntos Institucionais**
Juíza Ivone Guillarducci

★ **Secretaria de Assuntos Legislativos**
Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro
Juiz Morvan Rabelo de Rezende

★ **Secretaria de Planejamento Estratégico e Previdência**

Juíza Rosimere das Graças do Couto

★ **Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania**

Juíza Fabiana da Cunha Pasqua

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Juiz José Alfredo Junger de Souza Vieira

★ **Secretaria de Infância e Juventude**
Juíza Valéria da Silva Rodrigues

★ **Secretaria de Segurança de Magistrados**
Desembargador Wanderley Salgado de Paiva

★ **Diretoria de Futebol**
Juiz Thiago Grazziane Gandra

★ **Secretaria de Esportes**
Juiz José Aluísio Neves

Juíza recebe apoio

Presidente Maurício Soares acompanhou o trabalho do Centro de Segurança

Em uma reação imediata, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, foi à Comarca de Unai (Noroeste de Minas), no dia 27 de dezembro, para acompanhar pessoalmente os trabalhos iniciais do Centro de Segurança Institucional do TJMG com relação à ameaça sofrida pela juíza Fernanda Laraia no dia anterior.

A magistrada estava de plantão, quando um homem armado com dois facões entrou no Fórum, procurando pela

TIAGO PARRELA



Reunião com juízes da Comarca de Unai, no Noroeste de Minas

magistrada. O indivíduo agrediu o segurança, que o deteve logo em seguida.

Acompanhado do vice-presidente Financeiro, desembargador Alberto Diniz Junior, e do diretor secretário, juiz Christyano Generoso, Maurício Soares reuniu-se com a juíza e com

o juiz Lopes Lorenzoni, que também atua na Comarca, e colocou a Comissão Permanente de Segurança da Amagis à disposição da magistrada.

Para a juíza, o vigilante agiu corretamente, mas a segurança precisa ser melhorada, principalmente nos plantões. “O

apoio da Amagis foi importante para auxiliar tanto a mim, quanto aos servidores que estavam aqui, que ficaram bastante assustados e abalados com a situação”, disse a magistrada.

O presidente Maurício Soares repudiou o ataque ao fórum e defendeu melhorias nas condições de segurança de todos fóruns, com a instalação dos equipamentos básicos: porta-detectora de metais, câmaras de vídeo e vigilante para cada acesso.■

TENHA BONS MOMENTOS HOJE, AMANHÃ E SEMPRE.

JUSPREV é a melhor alternativa para quem não quer ter preocupações durante a aposentadoria.



Portabilidade do seu plano PGBL para a JUSPREV, sem taxas.



Zero taxa de carregamento.



Apenas 0,8% de taxa anual de administração.

AGENDE UMA CONSULTA PERSONALIZADA.

Carolina Dutra - (31) 99362-0762 | carolinaconsultoria@jusprev.org.br
Central de relacionamento com o participante: 0800 0523434

Metas fixam objetivos para Justiça Estadual

CNJ divulgou planejamento no 10º Encontro Nacional do Judiciário

GLAUCIO DETTMAR / CNJ



Metas foram anunciadas no encontro nacional do Judiciário

As metas nacionais para o Poder Judiciário, divulgadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 6 de dezembro, fixam objetivos próprios para cada ramo da Justiça, como a Estadual, que é responsável por 69,3% da demanda e por 79,8% do acervo do acervo processual do Judiciário, de acordo com a pesquisa Justiça em Números divulgada em outubro passado.

O planejamento para 2017 foi apresentado durante o 10º Encontro Nacional do Judiciário, pelo juiz Júlio Ferreira de Andrade, secretário-geral do CNJ, e têm como novidade o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres (Meta 8).

A meta 5, que visa impulsionar os processos de execução, considerado um dos gargalos da Justiça brasileira, foi mantida e determina que a Justiça Estadual estabeleça uma política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal até 31 de dezembro de 2017.

Levando em consideração a importância para o combate da corrupção para a sociedade, a meta 4 foi mantida e especifica que a Justiça Estadual identifique e julgue, até o final do ano, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a

crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2014, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão. Veja ao lado as metas nacionais estabelecidas para 2017.

CORREGEDORIA NACIONAL

Durante o encontro, o corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, apresentou as metas da Corregedoria para 2017. Os objetivos dão ênfase a assuntos relacionados a crianças e adolescentes, pois, de acordo com o ministro, as políticas para juventude no Brasil ainda apresentam dificuldades.

A meta 4, por exemplo, determina a unificação dos dados de crianças e adolescentes por meio de CPF até 31 de junho de 2017. Já a meta 5 determina o controle de prazos na medida socioeducativa, a partir da criação de mecanismo de controle para internação provisória do adolescente e revalidação na execução.

E de acordo com a meta 6, as corregedorias estaduais e as coordenadorias da infância e juventude nos estados deverão fiscalizar o cumprimento do prazo legal de 120 dias para encerramento das ações de destituição e suspensão do poder familiar. ■

METAS ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA ESTADUAL

★ Meta 2 – Julgar processos mais antigos

Justiça Estadual: 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no 1º grau; 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 2º grau; e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais. Identificar e julgar os processos até 31 de dezembro de 2017

★ Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

Justiça Estadual: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2014, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão. Identificar e julgar até 31 de dezembro de 2017

★ Meta 5 – Impulsionar processos à execução

Justiça Estadual: estabelecer política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal até 31 de dezembro de 2017

★ Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas

Justiça Estadual: 60% das ações coletivas distribuídas até 31 de dezembro de 2014 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31 de dezembro de 2015 no 2º grau. Identificar e julgar até 31 de dezembro de 2017

★ Meta 8 – Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres

Justiça Estadual: Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres até 31 de dezembro de 2017

Veja todas as metas no site: cnj.jus.br

Enfam faz dez anos de aprimoramento

STJ homenageia o ministro Sálvio de Figueiredo, idealizador da Escola

Juízes bem recrutados, vocacionados e altamente qualificados para a consolidação de um Judiciário hábil para dar resposta aos reclames do mundo. Foi com esse propósito que o saudoso ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira idealizou a criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), instituída no dia 30 de novembro de 2006, e que completou uma década em 2016.

A data foi comemorada no dia 5 de dezembro, em solenidade realizada no Su-

ENFAM



Ministros Nilson Naves, Laurita Vaz e Maria Thereza com Simone Ribeiro

perior Tribunal de Justiça (STJ). Na celebração, a diretora-geral da Escola, Maria Thereza de Assis Moura, ministra do STJ, afirmou que o crescimento institucional da Enfam tornou mais próximo o ideal do ministro Sálvio de Figueiredo.

Para a ministra, a formação continuada dos magistrados

será sempre um desafio, e destacou ainda a importância da capacitação dos que estão no cargo há mais tempo e afirmou que, no atual cenário econômico, é preciso criar mecanismos capazes de manter a qualidade da educação judicial.

Na cerimônia, o ministro Sálvio de Figueiredo, que dá

nome à Enfam, foi homenageado *post mortem* com a Comenda do Mérito em Educação Judicial, outorgada pela primeira vez. A honraria foi entregue à viúva do magistrado, Simone Ribeiro, pelo ministro aposentado do STJ Nilson Naves.

Mineiro como Sálvio Figueiredo, o ministro Nilson Naves, que foi o primeiro diretor-geral da escola, definiu o homenageado como um "ser humano que viveu em alta velocidade, conseguir ver o invisível e concretizar o quase impossível". ■

Ejef dará ênfase em gestão em curso inicial

Novos juízes terão aulas nos próximos quatro meses

A partir do dia 16 deste mês, os 25 novos magistrados recém-empossados no cargo de juiz pelo TJMG, no último dia 13, darão os primeiros passos na carreira com a participação no curso de formação inicial para ingresso na Magistratura. A novidade deste ano é a ênfase que será dada pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) na formação de magistrados gestores.

Realizado como etapa final do concurso para juiz, o primeiro módulo do

curso será ministrado pela Escola Nacional de Formação de Magistrados e tem como objetivo desenvolver as competências profissionais necessárias ao exercício da Magistratura.

A partir do dia 23 de janeiro, o curso passa a ser ministrado pela Ejef. Com a compreensão de que é preciso adotar técnicas de gestão judicial aplicadas para obter melhores resultados na prestação jurisdicional, a Escola irá dedicar pelo menos 30 horas/aula à gestão de unidades judiciais.

O conteúdo abordará temas como noções básicas sobre orçamento público, gestão de pessoas, de processos e de resultados. Durante as aulas, deverão ser realizados estudos de casos, simulações e visitas orientadas às varas nas quais já foi implementado o modelo de gestão judicial.

Com duração de quatro meses, durante o curso da Ejef, serão ministradas ainda aulas sobre impactos das decisões judiciais, direitos humanos, demandas repetitivas e grandes litigantes, ética e deonto-

logia na Magistratura, hermenêutica e argumentação jurídica e acompanhamento psicossocial entre outros.

Para a capacitação dos magistrados que já estão na ativa, a Escola planeja realizar o Programa de Desenvolvimento Gerencial, que tem como frente de atuação a formação na competência de Gestão do Processo de Trabalho Judicial (*leia mais na página 18*). ■

Gestão judicial terá

30

horas/aula

Modernização

Comarca de Caratinga recebe novo Fórum

IZABELA MACHADO



Governador Fernando Pimentel discursa durante a inauguração do prédio

A Comarca de Caratinga, no leste mineiro, recebeu, no dia 7 de dezembro, as novas instalações do Fórum Desembargador Faria e Sousa. O prédio, cujas instalações foram construídas para modernizar a prestação dos serviços forenses, tem capacidade para abrigar até 13 varas judiciais.

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou da inauguração juntamente com o governador

Fernando Pimentel, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, o desembargador Geraldo Augusto de Almeida, presidente em exercício do TJMG, e o diretor do Foro da Comarca, juiz Consuelo Silveira Neto.

O salão do Júri, que recebeu o nome do desembargador Salatiel de Resende Fernandes Neto, também foi inaugurado na solenidade. O descerramento da placa foi feito pela diretora de Pensionistas da Ama-

gis, Marlene Maria Fernandes, viúva do magistrado. Na ocasião, foi implantado o Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Caratinga.

A cerimônia foi marcada ainda pela instalação dos retratos dos juízes Marco Aurélio Abrantes Rodrigues, Alexandre Ferreira e José Antônio de Oliveira Cordeiro na galeria de ex-diretores do Foro, e outorgado o título de Cidadania Honorária aos ex-presidentes do TJMG, desembargadores Joaquim Herculano Rodrigues e Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, pela Câmara Municipal. ■

Diplomação é ato antes da posse

Cerimônia com os candidatos eleitos foi realizada no Fórum Lafayette

Antes de tomar posse, o novo prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, seu vice Paulo Lamac e os 41 vereadores que passam a compor a Câmara Municipal da capital mineira foram diplomados pelo TRE-

-MG, no dia 19 de dezembro, em solenidade realizada no Salão do I Tribunal do Júri do Fórum Lafayette, e a qual participou o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares.

Na ocasião, o presidente do TRE-MG, desembargador Geraldo Domingos Coelho, disse

que a diplomação é um ato que convida todos a refletirem sobre a ética que deve nortear àqueles que, escolhidos pela população como seus representantes, adquirem, sob a égide da Lei, o poder de legislar e de executar tais leis.

O diretor do Foro Eleitoral da Capital, juiz Renato Jardim,

também destacou a importância do compromisso com a vontade popular no exercício dos cargos, observada a Constituição que traz a promoção da justiça, igualdade e da liberdade. ■

RÁPIDAS

★ O desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, superintendente administrativo da presidência do TJMG, foi homenageado, no dia 1º de dezembro, pelo TRE-MG, com a Medalha do Mérito Acadêmico “Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira” e a inauguração do seu retrato na Galeria dos Diretores da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais. A juíza Rosimere do Couto, diretora-subsecretaria da Amagis, representou o presidente da Associação na solenidade.

★ Com homenagens de magistrados e servidores, o desembargador Eduardo Mariné da Cunha, presidiu, no dia 15 de dezembro, sua última sessão na 17ª Câmara Cível do TJMG. O magistrado aposentou-se após 40 anos de dedicação à Justiça.

★ A juíza Cláudia Costa Cruz Teixeira Fontes tomou posse, no dia 16 de dezembro, no cargo de juíza substituta da Corte Eleitoral do TRE-MG. O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, o vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz, o presidente do TRE-MG, desembargador Geraldo Domingos Coelho, e o vice-presidente do Tribunal e Corregedor Regional Eleitoral, desembargador Edgard Penna Amorim, participaram da solenidade.

Personalidade Jurídica

Presidente da Amagis recebe prêmio da revista Exclusive

TIAGO PARRELA



Domingos Coelho e Maurício Soares

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, recebeu, no dia 14 de dezembro, o prêmio "Mérito Judiciário Estadual" da revista Exclusive. Ele foi escolhido a personalidade do ano, especialmente por sua atuação em defesa da valorização da Magistratura e aperfeiçoamento do Judiciário. A homenagem foi entregue pelo presidente do TRE-MG, desembargador Geraldo Domingos Coelho.

Essa é a quarta edição do Prêmio Top Profissional, promovido pela revista, que visa reconhecer aqueles que tiveram atuação de destaque na sua área e para a sociedade durante o ano. A indicação é feita pelos jornalistas da editora Exclusive. ■

Pensionistas reúnem-se na Amagis

Diretoria reafirmou compromisso com aposentados e pensionistas

Durante o encontro de confraternização de final de ano realizado, no dia 15 de dezembro, na Amagis, o vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, juiz José Martinho Nunes Coelho, tranquilizou as pensionistas ao dizer que ainda é prematuro apontar o que pode acontecer com relação à reforma da Previdência em andamento, e garantiu que a Amagis permanecerá atuante em Brasília na defesa dos interesses de todos os associados.

O magistrado representou o presidente da Associação, de-

TIAGO PARRELA



Marlene Fernandes, Guilherme Baeta e José Martinho

sempargador Maurício Soares, que estava na capital federal para posse da nova diretoria

da AMB e em contato com parlamentares para evitar a aprovação de projetos que afetam

a classe. No evento, a diretora de Pensionistas da Amagis, Marlene Fernandes, afirmou que a luta pelas pensionistas será mantida em 2017.

Na ocasião, o juiz Bruno Terra, ex-presidente da Amagis, autografou o livro Ortopografia Amorosa, e o desembargador aposentado Guilherme Luciano Baeta Nunes fez uma apresentação musical. ■

Novo procurador-geral reforça combate ao crime

Antônio Sérgio Tonet dirigirá a Procuradoria durante o biênio 2017/2018

Ao tomar posse, no dia 5 de dezembro, o novo procurador-geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet, apontou, como uma de suas prioridades, o combate ao crime organizado e o fortalecimento das promotorias de Justiça.

"A missão do Ministério Público de defesa intransigente dos interesses sociais, de promoção da

inclusão social, de combate à corrupção, de enfrentamento permanente da criminalidade, continuará sendo cumprida com garra, coragem, energia e determinação", afirmou Tonet em seu discurso de posse, realizado durante a cerimônia da qual participaram o governador Fernando Pimentel, o presidente da Assembleia Legislativa, Adalclever Lopes,

o presidente em exercício do TJMG, Geraldo Augusto Almeida, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, entre outros.

Uma semana após sua posse, Tonet assinou a portaria conjunta que cria o Comitê Interinstitucional de Ação no Sistema de Justiça Criminal de Minas Gerais. A iniciativa é realizada em parceria com o

TJMG, Governo de Minas, Defensoria Pública, OAB-MG, Polícias Federal, Rodoviária Federal, Militar e Civil, e tem como objetivo viabilizar iniciativas que assegurem maior eficiência a atividades voltadas para reduzir os índices de violência no Estado. ■

MUDANÇA DE REALIDADE

Projetos alteram a dinâmica nas prisões, promovendo verdadeira reintegração

Mudar a realidade do sistema prisional e reintegrar verdadeiramente os egressos na sociedade. Essas são as metas que vêm sendo alcançadas por diversos projetos em Minas Gerais, com iniciativa ou participação do Judiciário.

Implantado no fim de 2013, na Comarca de Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o projeto “Parcerias no Trabalho Externo” é bom exemplo dessas iniciativas.

De acordo com o projeto proposto pela titular da Vara de Execuções Penais, juíza Miriam Vaz Chagas, o Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Administração Prisional (Seap), firma convênio com as empresas privadas. A partir daí, os presos que obtêm a progressão ao regime semiaberto, ou já iniciam o cumprimento da pena nesse regime, passam a trabalhar exclusivamente nos locais conveniados. As unidades prisionais que fazem parte do projeto são o Complexo Penitenciário Público-Privado e a Penitenciária José Maria Alkimim.

sentar cartas de emprego fraudadas, de firmas que, muitas vezes, não eram constituídas legalmente. “Isso era um verdadeiro álibi para a impunidade. Já tivemos inúmeros casos de flagrante de detentos cometendo crimes durante o horário em que deveriam estar trabalhando. A maneira que encontramos para que o ente estatal pudesse fiscalizar esse trabalho externo foi estabelecendo as parcerias”, contou a magistrada.

A empresa contratante é responsável pelo transporte do detento do presídio até o local de trabalho e vice-versa. Além disso, ela controla a ficha de ponto do apenado, que é enviada regularmente à unidade prisional.

A juíza esclareceu que o empresário não se vincula ao recolhimento de qualquer verba trabalhista ou previdenciária, o que é bastante vantajoso para ele. Pelo serviço prestado, o preso tem a remissão da pena e recebe um salário mínimo mensal - 25% do valor são destinados à conta pecúlio e o restante é entregue ao preso.

A jornada de trabalho segue à estipulada na Lei de Execução Penal, e o detento trabalha ao lado de funcionários contratados com carteira assinada, o que, segundo a juíza, ajuda a ressocializá-lo. “O trabalho diminui o ócio e seu efeito devastador no curso de cumprimento da pena. Isso promove uma gradual reinserção do preso na vida em comunidade. Temos casos em que o empresário gosta tanto do trabalho do detento que, ao final da pena, ele o contrata com vínculos empregatícios, como os demais funcionários”, afirmou a magistrada.

Atualmente, a Comarca de Ribeirão das Neves conta com uma população carcerária de 8,8 mil detentos, sendo 1,5 mil no regime semiaberto. Desse total, cerca de 60%, ou 900 presos, estão inseridos nas parcerias e já ocupam 25% dos postos de trabalho em fábricas da região.

FISCALIZAÇÃO E EFICIÊNCIA

Antes da implantação do programa, a magistrada disse que era comum ocorrerem fraudes no cumprimento de sentença dos apenados. Segundo Miriam Vaz Chagas, o preso costumava apre-

Ribeirão das Neves conta com uma população carcerária

8,8

mil detentos.

DIVULGAÇÃO



Detentos de Governador Valadares participaram de curso

ATUAÇÃO GLOBAL

A Comarca de Varginha (Sul de Minas) é outra na qual os projetos desenvolvidos com os detentos têm apresentado exce-

DIVULGAÇÃO



Juiz Oilson Schmitt realiza diversos projetos na Comarca de Varginha

lente resultados. O Judiciário local atua na questão prisional de maneira global, atendendo-se a todos os aspectos que são essenciais para reintegrar os apenados à sociedade, como educação, cidadania, saúde, formação profissional e aspectos de convivência familiar, entre outras.

Em uma das mais recentes ações, o juiz da Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Varginha, Oilson Schmitt, em parceria com a 'Casa Amor e Vida', promoveu no dia 18 de outubro, o Dia de Prevenção às DST/Aids no presídio da comarca.

Foram realizados 320 testes rápidos de HIV, HCV (Hepatite C) e sorologia para Van Lues (Sífilis). Além disso, foram promovidas ações da campanha Outubro Rosa, que incentiva a prevenção ao câncer de mama. Reeducandas tiveram a oportunidade de fazer o exame Papanicolau, para o diagnóstico do câncer de colo de útero, e a mamografia.

De acordo com o juiz Oilson Schmitt,



"O trabalho diminui o ócio e seu efeito devastador no curso de cumprimento da pena. Isso promove uma gradual reinserção do preso na vida em comunidade."
juíza Miriam Vaz Chagas

"o intuito maior é garantir a dignidade do preso e o acesso à saúde para ele e sua família. Apesar dos poucos recursos, mas com o apoio da população, temos conseguido dar passos importantes para que a pena não seja somente vista como vingança estatal."

EDUCAÇÃO E TRABALHO

A educação e o trabalho são considerados pelo juiz Oilson Schmitt as principais molas restauradora da dignidade dos reeducandos e, por isso, a promoção de cursos é constante em Varginha. No dia 17 de novembro deste ano, por exemplo, a Vara de Execuções Penais da Comarca, com recursos financeiros do Conselho Regional de Engenheiros e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG) e da Associação Varginhense de Engenheiros e Arquitetos (Avea), promoveu um curso de capacitação profissional de soldador metalúrgico e pedreiro de alvenaria e acabamentos com a participação de 39 detentos.

De acordo com o juiz Oilson Schmitt, em fevereiro de 2017, serão dados cursos de eletricidade e serviços de alvenaria. Logo em seguida, a comarca contará com a utilização dessa mão de obra qualificada na execução de melhorias no presídio da cidade. Entre elas, a edificação de uma área destinada à enfermagem e odontologia e a construção de um espaço na parte superior do prédio em que serão instaladas salas de aulas, biblioteca, sala de música e laborterapia, além da sala administrativa.

VOCAÇÃO LOCAL

Utilizar a vocação local de cada região é umas das formas de potencializar a eficiência dos projetos desenvolvidos no sistema penal. É o que acontece, por exemplo, na Comarca de Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, onde uma das marcas mais fortes da economia regional é o mercado de pedras preciosas. Detentos da Penitenciária Francisco Floriano de Paula integram o projeto "Lapidar-se", no qual participam de curso profissionalizante que ensi-



"Apesar dos poucos recursos, mas com o apoio da população, temos conseguido dar passos importantes para que a pena não seja somente vista como vingança estatal."
juiz Oilson Schmitt

na a lapidar pedras semipreciosas. Eles estão lapidando gemas em estado bruto da Mina do Cruzeiro, em Valadares, maior local de extração de turmalinas no mundo.

Fruto de uma parceria entre o Governo de Minas Gerais, o Judiciário, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a empresa Nevestones, o curso profissionalizante, inédito no sistema prisional, oferece aos detentos o aprendizado de técnicas de lapidação e criação de peças artesanais, sob a orientação da artista plástica Maria Lúcia Barbosa.

Além de turmalinas, os presos alunos estão tendo a oportunidade de lapidar pedras brutas de baixo valor comercial.

A Nevestones, idealizadora do projeto, planejou, para o fim do curso dessa primeira turma, uma exposição em que as peças produzidas ficarão à venda, com a receita destinada às famílias dos presos. ■

Ações beneficentes auxiliam Nutris

Recursos arrecadados com feira na Amagis ajudam no custeio da creche

GEORGIA BAÇVAROFF

Com cerca de 200 crianças e adolescentes assistidos por ano, o Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris) e o Núcleo de Arte e Cultura mantêm suas atividades com a contribuição de magistrados e a realização de eventos beneficentes, que auxiliam no custeio das despesas da instituição.

Como parte desses esforços de manutenção dos Núcleos, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, repassou, no dia 19 de dezembro, para a presidente do Nutris, Marlene Maria Fernandes, e para a 1ª secretária do



Marlene Fernandes, Teresinha Dupin e Maurício Soares

Nutris, juíza Teresinha Dupin, cheque no valor de R\$ 12 mil provenientes da Feira de Natal realizada no salão de festas da Associação no mês passado.

Ao receber o cheque, a presidente do Nutris disse que o repasse do valor arrecadado com a feira ficou acima do esperado. Foram vendidos artesanatos, objetos de decoração, bolsas, roupa de cama, mesa, banho e outros artigos.

“O valor superou as expectativas, foi muito significativo e vai nos ajudar bastante. O trabalho foi grande, mas foi muito compensador”, comentou.

A Feijoada Solidária é outra iniciativa da Amagis importante para contribuir para que o Núcleo complemente o pagamento das despesas de pessoal, alimentação e de manutenção do espaço. Entretanto, a principal fonte de

renda continua sendo a contribuição regular dos magistrados e pensionistas, que pode ser feita por meio de desconto em folha. Para contribuir, os interessados podem ligar para (31) 3079-3471, na Amagis, ou (31) 3485-6035, no Nutris.

A Magistratura colabora ainda participando de ações como o Papai Noel dos Correios, adotando cartas enviadas pelas crianças e adolescentes da instituição ao bom velhinho, garantindo assim que elas ganhem um presente de Natal. Outra iniciativa dos juizes é a reversão da verba de venda livros para o Núcleo. ■

Literatura e solidariedade

Bruno Terra lança livro e reverte renda para instituições sociais

GEORGIA BAÇVAROFF

Com toda a renda revertida para o Nutris, Associação Projeto Providência e Obras Educativas Padre Giussani, o juiz Bruno Terra Dias, ex-presidente da Amagis, lançou, no dia 15 de dezembro, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), seu primeiro livro: *Ortografia Amorosa*.

No lançamento, o vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis,



Lançamento foi prestigiado na Assembleia

juiz José Martinho Nunes Coelho, representou o presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, que estava em Brasília, e o deputado Arlen Santiago representou o presidente da ALMG, deputado Adalclever Lopes.

Livros foram doados ao Nutris e estão à venda na sede da Amagis. Os interessados devem ligar para (31) 3079-3499, ramal 3421. ■

Parque Esportivo é opção no verão

Espaço oferece infraestrutura completa

Além das Colônias de Férias, que abrangem diferentes regiões de Minas e do País, os associados têm no Parque Esportivo da Amagis uma opção de descanso e lazer num ambiente familiar e com infraestrutura completa como a oferecida nos clubes recreativos.

Localizado no coração de Belo Horizonte, ao lado da sede da Amagis, o Parque Esportivo dispõe de piscina adulta e infantil, playground, salão de jogos, academia de ginástica, sauna, vestiário e duas quadras poliesportivas para a prática de basquete, vôlei e tênis, que passaram por uma manutenção recente para melhor atender aos associados no verão.

O Parque Esportivo também é opção de lazer para os juizes que estiverem

AMAGIS



Parque Esportivo fica ao lado da sede da Amagis

hospedados no Centro de Apoio ao Magistrado (CAMT). O espaço conta ainda com um restaurante para dar mais comodidade a quem pretende passar o dia no local.

O uso do parque esportivo é permitido aos associados da Amagis e seus dependentes, ao grupo familiar vinculado ao associado titular e a convidados. Entretanto, nos períodos de alta temporada, dezembro, janeiro, fevereiro e nos feriados de carnaval e semana santa, a frequência de visitantes pode ser reduzida. Veja ao lado as normas de uso do Parque Esportivo.

Por meio do 'Amor à Vida', da Amagis Saúde, promove às terças e quintas-feiras, de 8h às 11h, aulas de hidroginástica e atividades físicas

orientadas pelo fisioterapeuta Roberto Barata.

SEMANA SANTA

Os associados interessados em passar o feriado da Semana Santa, de 11 a 17 de abril, em uma das Colônias de Férias da Amagis têm até o dia 27 deste mês para fazer sua inscrição e concorrer a uma das vagas que será sorteada no dia 2 de fevereiro.

As inscrições para o sorteio podem ser feitas pelo telefone (31) 3079-3459, enviando fax para (31) 3079-3458 ou pelo e-mail cacia@amagis.com.br. No caso da Colônia de Nova Viçosa, o interessado terá de optar por apartamento ou casa. O resultado será divulgado no site amagis.com.br. ■



Leia o regulamento das unidades sociais da Amagis no site <http://bit.ly/2bN9aL8>

RÁPIDAS

✦ O desembargador Carlos Levenhagen, conselheiro do CNJ, assumiu, no dia 1º de dezembro, a presidência da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do conselho. Na ocasião, o magistrado afirmou que dará prioridade ao Processo Judicial Eletrônico.



✦ Em comunicado aos associados, a Comissão de Segurança da Amagis informou que oficiou a Taurus para que sejam prestados esclarecimentos sobre o recall das pistolas PT 24/7 e PT 100. A comissão orienta ainda que os donos das armas tenham cautela no uso da arma e busquem a orientação do fabricante.



✦ Promovido por antiguidade, o juiz José Américo Martins da Costa tomou posse, no dia 16 de dezembro, no cargo de desembargador do TJMG, e passou a compor a 15ª Câmara Cível do Tribunal.

Clássico no Independência

Estádio recebeu partida de confraternização dos magistrados

AMAGIS



Magistrados durante jogo no estádio Independência

No final do ano, magistrados mineiros trocaram a toga pela chuteira, os gabinetes pelos gramados e, no dia 8 de dezembro (dia da Justiça), jogaram uma partida de confraternização no estádio Independência, em Belo Horizonte.

Sem polêmica, mas com alguma manha, o amistoso – que vem se tornando um “clássico” –, foi vencido pelo time azul, por 2 a 0, sobre a equipe de branco. Em 2015, a equipe branca saiu vitoriosa com um placar de 5 a 3.



AMAGIS

Juíza Angelique Ribeiro de Souza

PERFIL

De acordo com levantamento do IBGE, feito em parceria como Ministério da Saúde, 6,2% dos brasileiros têm algum tipo de deficiência: seja visual, auditiva, física ou intelectual. O censo aponta ainda as diferenças sociais entre as pessoas com deficiência e a população em geral. Na educação, por exemplo, 61% dos portadores de deficiência com 15 anos ou mais não têm instrução ou têm apenas o ensino fundamental completo. Na avaliação da juíza Angelique Ribeiro de Souza, da 21ª Vara Cível de Belo Horizonte, a Constituição e a legislação são amplas, mas a falta de políticas públicas pode explicar números como esses.

“Temos de ver uma pessoa com deficiência como uma pessoa sem deficiência, pois a Constituição dá um tratamento de igualdade a todos, protegendo os direitos para que se possa viver bem como cidadão.”

“Faltam políticas públicas e o cumprimento da legislação para garantir até mesmo situações mais simples como o direito ao transporte público.”

Como deve ser o tratamento das pessoas com deficiência tendo a Constituição como referência?

A Constituição e a legislação são muito amplas no que se refere a pessoas com deficiência. Temos de ver uma pessoa com deficiência como uma pessoa sem deficiência, pois a Constituição dá um tratamento de igualdade a todos, protegendo os direitos para que se possa viver bem como cidadão. Não se pode discriminar nem privilegiar. Temos de tomar cuidado para não reforçar o preconceito. É preciso ver a pessoa e saber que ela, pessoa com deficiência, tem direito a tudo.

Então, o que causa a exclusão? Falta de apoio? Preconceito?

Acho que tudo isso: falta de apoio e investimento, preconceito e o não cumprimento da legislação, já que temos leis específicas para as pessoas portadoras de deficiência, como a inclusão na escola e a isenção de impostos.

Uma criança com síndrome de down bem assistida, com o apoio de uma fonoaudióloga, uma psicopedagoga e que faça equoterapia, entre outros recursos, poderá ter sucesso na vida dentro dos limites dela. Portanto, faltam políticas públicas e o

cumprimento da legislação para garantir até mesmo situações mais simples como o direito ao transporte público, capaz de atender adequadamente as mães que precisam levar seus filhos para a escola.

Como os direitos estabelecidos pela lei podem ser efetivados e reforçar o combate ao preconceito?

Naturalmente, a fiscalização cabe ao Estado. Ao Poder Executivo em geral e aos órgãos de apoio que deveriam dar força para a implementação desses direitos.

E qual papel das escolas podem cumprir?

As escolas também podem desempenhar um papel fundamental no combate ao preconceito. Elas podem inserir as crianças num contexto mais solidário, aceitando aquelas que tenham qualquer tipo de deficiência. Mesmo assim, o papel principal é realmente do Executivo, que tem muitos projetos, mas que funcionam de forma precária, sem continuidade e planejamento. No início, os projetos são muito bons, mas depois começa a perder força, vão ficando frágeis.

Quando dizemos que é o Executivo, é importante ter claro que ele é feito de pessoas, nós cidadãos. Portanto, o papel imediato

é também de todos nós. Cada um tem de fazer um pouco.

Uma escola pode recusar a matrícula de crianças com deficiência?

Isso não é possível. A legislação garante a matrícula de crianças com deficiência nas escolas. Em alguns casos, as instituições de ensino lançam mão de artifícios como dizer que a instituição não tem vaga para a criança.

Em escolas maiores, com classes formadas por 35 a 40 meninos, são ofertadas duas vagas para crianças especiais por salas. Quando os pais vão fazer a matrícula são informados que a turma já está completa. As pessoas vão questionar se realmente as turmas estão completas.

Essa situação faz com que os pais tenham muita dificuldade para encaixar o filho na escola. E as melhores opções são as instituições que têm uma linha é pedagógica mais inclusiva. Entretanto, por serem extremamente inclusivas, essas escolas acabam se tornando especiais. São essas algumas das distorções que encontramos na realidade. E a superação desses problemas ainda é um trabalho lento. ■

**VIA
JUSTIÇA**

**PENSAMENTO
JURÍDICO**



TIAGO PARREIA



BÁRBARA MACHADO

Menores no tráfico

O número de adolescentes cumprindo medida socioeducativa no País é de 192 mil menores. O tráfico de drogas é o crime mais frequente. Os convidados do programa são o juiz Afrânio José Fonseca Nardy, da Vara Infração da Infância e Juventude de BH, e advogada Carla Silene, 2ª vice-presidente do Instituto de Ciências Penais de Minas Gerais. (Foto)

Conciliação e Arbitragem

É a 11ª vez que a Semana Nacional da Conciliação acontece em todo o País, promovida pelo Poder Judiciário. Nossos convidados são o juiz Renan Chaves Carreira Machado, coordenador da Central de Conciliação de Belo Horizonte, e o professor Leandro Rennó, vice-presidente de Mediação da Câmara de Arbitragem Empresarial (Camarb).

Leis de trânsito

O Via Justiça destaca as mudanças recentes nas leis de trânsito. De quanto foi o reajuste geral para todas as punições financeiras previstas no Código de Trânsito Brasileiro? Nossos convidados são o desembargador José do Carmo Veiga de Oliveira, 10ª Câmara Cível do TJMG, e o advogado Augusto Jacob Neto. Pesar no bolso ainda dá resultado em se tratando de trânsito?

Dívidas e Consumidor

Segundo o Serasa, Minas Gerais tem 5 milhões e meio de devedores, 890 mil apenas em Belo Horizonte, quase metade da população adulta. Nossos convidados são o juiz José Xavier Magalhães Brandão, do Juizado Especial das Relações de Consumo de Belo Horizonte, e Marcelo Barbosa, coordenador do Procon da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. ■

Direito e ciência

O Direito, enquanto ciência, não é autônomo nem independente. Para alcançar melhores resultados, ele se complementa e dialoga com diversas áreas. Qual a importância dessa relação entre o Direito e as demais disciplinas? Nosso convidado é o juiz aposentado Jurandir Sebastião, que lançou, no mês de setembro, o livro "A vida, o mundo e o Direito". (Foto)

Reinserção do preso

O Pensamento Jurídico debate a importância da reinserção dos detentos no mercado de trabalho. Qual a importância das parcerias entre empresas e os tribunais de justiça para a ressocialização dos presos? Convidamos para falar sobre o assunto a juíza Miriam Vaz Chagas, da Vara de Execuções Penais de Ribeirão das Neves.

Violência contra a mulher

O Brasil é o 5º país em homicídio contra mulher de um grupo de 83 países. No primeiro semestre deste ano, a Central de Atendimento a Mulher recebeu mais de 360 mil denúncias de mulheres para reclamar contra violência e pedir ajuda. Nossa convidada é a desembargadora Kárin Emmerich, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência do TJMG.

Encontro de Congraçamento

O encontro de confraternização reuniu magistrados do interior e da capital, marcando o encerramento do ano de 2016. Mais de 600 pessoas reuniram-se na noite de conagração celebrando a união da classe. O evento, conduzido pelo presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, contou com a animada apresentação da Banda Blitz. ■

TV ASSEMBLEIA

Sexta-Feira, às 23h

TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30

TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30



TV JUSTIÇA

Sexta-feira, às 9h30

TV COMUNITÁRIA

Sábado, às 22h

BRASILEIRO ESTÁ CADA VEZ MAIS POBRE

Atualmente, o País tem mais de 12,5 milhões de desempregados

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

Esse foi, sem dúvida, o pior Natal dos últimos quatro anos. O Natal das lembrancinhas, compradas na banca da esquina. Isso porque a renda média do brasileiro corre o seriíssimo risco de cair por quatro anos seguidos se o crescimento do PIB, no País, for negativo em 2017. Feito inédito. Segundo as projeções mais otimistas, nossa economia deverá se expandir no próximo ano, em apenas 0,3% ao ano. Confirmando esse cenário, o PIB per capita encolherá perto de 0,5%, ou seja, de R\$ 28.064, em 2016, para 27.934, em 2017, já descontada a inflação e considerando um aumento populacional de 0,8% nos próximos anos.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, mostrou que a renda média do brasileiro recuou no ano passado 5,4%, de R\$ 1.845,00, por mês, para R\$ 1.746,00, considerados, no cálculo, não só os valores recebidos por empregados, lucros de empregadores, mas também os rendimentos de aposentados e pessoas que vivem de renda e de aluguéis. Enfim, em todas as classes sociais. O curioso é que mais da metade mais rica teve perda maior do que a outra metade mais pobre. Somente, assim, apesar da recessão, a desigualdade teria recuado. O chamado "Índice Gini", que é uma medida que calcula a desigualdade, caiu de 0,497 para 0,491 (a escala vai de zero a um e, quanto mais perto de 1, mais concentrada é a renda).

Mas não há motivos para festejar. A notícia seria boa se confirmasse o recuo da disparidade de renda verificada a partir de 2001, desde que houvesse melhora para todos. Ocorre, porém, que a perda se deu de forma geral, ou seja, a renda caiu para todos. Segundo a maioria dos especialistas, isso resultou da piora do mercado de trabalho, sendo, hoje, mais de 12,5 milhões

de desempregados, a maior parte de carteira assinada, na indústria automobilística e da construção civil. Pesa, também, a queda das matérias-primas, que alcançou o seu auge em 2003, favorecendo o governo da época, atingindo, entretanto, o fundo do poço em 2014 e 2015.

Entre todos os estratos, dividindo-se a população brasileira em décimos de renda, percebe-se, contudo, que os 10% mais pobres tiveram perda maior. Os de menor rendimento

de juros é um remédio muito sério, que deveria ser usado por um período extensivo e muito curto. Não por décadas seguidas. O resultado é, de 1999 até hoje, a dívida pública está quase duas vezes superior ao que poderia estar se estivéssemos praticando uma taxa de juros neutra". E concluiu, falando besteira da grossa: "Isso sustenta um rentismo financeiro e faz com que a sociedade precise ser reeducada para o compromisso de trabalhar. Trabalho no Brasil é opção de último caso. As

Alta de 38,3% em relação a igual período de 2014. O avanço é o maior já verificado na série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. São pessoas que, sob o sol forte de 30° ou uma chuva inclemente, passam horas a fio nas filas buscando um emprego. Não subsídios e privilégios. O emprego que lhes permite alimentar a família e pagar suas contas no fim do mês. Como o presidente do IBGE deveria saber, a renda do trabalho foi a grande propulsora dos ganhos sociais nos últimos 11 anos. E, caso ouvisse seu coordenador de pesquisa, Cimar Azeredo, saberia que "a situação é muito mais grave do que aparentemente os números mostram, porque a população ocupada continua caindo. As pessoas estão, em sua maioria, desistindo de procurar trabalho dada a dificuldade apresentada pelo mercado em gerar vagas". Uma das saídas encontradas por essas pessoas é trabalhar por conta própria. Em um ano, a modalidade ganhou 913 mil novos adeptos, segundo divulgou o próprio IBGE. Como disse Azeredo: "Isso não é uma opção. É uma falta de opção. Ele precisa se virar por conta própria, porque está tendo perda de renda e emprego". ■

(*) Desembargador

A PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD), DO IBGE, MOSTROU QUE A RENDA MÉDIA DO BRASILEIRO RECUOU NO ANO PASSADO 5,4%, DE R\$ 1.845,00, POR MÊS, PARA R\$ 1.746,00

– R\$ 219,00 – por mês, em média, a queda foi maior, ou seja, 7,85%, enquanto os 10% mais ricos, com renda de R\$ 7.548,00, viram seus rendimentos cair em 2015, em relação a 2014, 6,6%. Em resumo, os pobres pagaram o pato. A pobreza aumentou.

Para o presidente do IBGE, Paulo Rabello de Castro, crescer 1% em 2017, seria apenas efeito estatístico, pois o emprego e renda continuarão fracos. Em recente entrevista concedida à Folha de S. Paulo, edição de 5 de dezembro, indagado se a culpa era dos juros do BC, respondeu que "a taxa

filas preferenciais são as de subsídios e as do privilégio". Besteira da grossa.

Vê-se que o ilustre presidente do Banco Central não conhece patavina do assunto. Se olhasse os jornais veria as centenas de imagens do desemprego, que, cada vez, aumenta mais, e as enormes filas por uma vaga que dobram as esquinas e continuam a crescer por todo o País. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o próprio IBGE tem divulgado que, no trimestre até outubro de 2015, um total de 12,5 milhões de pessoas buscaram uma vaga.



lucasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br

Sr(s) Magistrado(s): Realize seus leilões com o Leiloeiro Público Oficial



Publicidade



Suporte
Jurídico



Site com
100.000
visualizações
mês



Equipe
especializada
e Treinada



Software exclusivo
e cadastro de
arrematantes e
interessados.



Leilões
On line e
Simultâneos

(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Recuperação Judicial

Falência

Execução

Despachantes - Engenheiros
Economistas - Liquidantes Judiciais
Corretores Imobiliários - Contabilistas
Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocredito.com.br

PRÁTICAS INOVADORAS TRAZEM CELERIDADE

Fixar metas e prioridades são medidas importantes para as iniciativas

GERALDO DAVID CAMARGO*

O Tribunal de Justiça constituiu uma comissão de magistrados para estudar e propor a adoção de práticas inovadoras, no âmbito da Justiça comum de primeiro grau do Estado de Minas Gerais, destinadas à melhoria da prestação jurisdicional e à redução do acervo processual, sendo que integro esse grupo de trabalho.

É sabido que tudo que busca inovar em algum campo de trabalho sempre encontra resistência de alguns e pessimismo de outros, já que o novo, ou diferente do rotineiro, à primeira vista incomoda e, às vezes, traz intranquilidade.

Refleti muito sobre essa espécie de cláusula aberta tida como 'boas práticas' a ser conjugada com princípios de eficiência, economia de recursos públicos e efetividade, em atos praticados pelo julgador, e que dessem resultados úteis ao destinatário final: o jurisdicionado.

Assim, como itens que possam levar a um melhor desempenho da jurisdição, pontuo: 1) saber adaptar-se com os recursos humanos e materiais disponíveis; 2) fixar metas em cada gabinete e respectiva secretaria, onde o juiz assuma a função de gestor, e ele seja o primeiro a efetivar o que planejou; 3) valorizar e dar maior aproveitamento à decisão de primeiro grau pela instância revisora; 4) refletir e reavaliar em ambos os graus de jurisdição sobre o deferimento da assistência judiciária, deixando o benefício de ser regra, e sim uma exceção, desde que não prejudique o acesso à justiça aos efetivamente carentes.

Dessa forma, num primeiro momento, tenho convicção de que, para se obter êxito em um projeto, deve-se saber dos recursos que se tem à disposição, tanto humanos como materiais, mas

também se conscientizar de que, mesmo se não for possível ampliá-los e ainda que essa ampliação seja necessária, há de se trabalhar com os meios que se tem no momento.

Em seguida, deve-se fixar metas a serem cumpridas, dentro das

Também é de se refletir sobre necessidade de uma maior afinidade entre 1º e 2º graus de jurisdição, visando racionalizar o custo da máquina judiciária e inibir recursos meramente lotéricos, e, para tanto, que fosse adotado na instância

Não se pode negar que a gratuidade generalizada é incentivo à litigância irresponsável, em detrimento desse serviço público que é a jurisdição. Os casos de gratuidade são excepcionais e específicos, estando tipificados em normas estritas (Cândido R. Dinamarco, 'Instituições de Processo Civil', vol. II, 2001, pp. 629-6303), tanto que a Lei Maior é expressa que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos", ou seja, não se trata de uma regra, e sim de uma situação fática excepcionada apenas a quem comprovar pelos meios legais fazer jus ao acesso gratuito ao juízo.

Em síntese, certamente esses quatro pontos enfocados não resolvem e nem esgotam todos os problemas da jurisdição em primeiro grau, mas, se refletidos, observados e adotados, certamente, contribuiriam em muito para a celeridade e efetividade, e também geraria economia, esta tanto processual como ao erário, e ainda evitaria o uso predatório da jurisdição (*leia mais na página 7*). ■

(*) Juiz da 30ª Vara Cível de Belo Horizonte

"PARA SE TER UM RAZOÁVEL ÊXITO, CADA GESTOR DEVE ELEGER AS SUAS PRIORIDADES E TAMBÉM TER UMA DEDICAÇÃO AO TRABALHO TANTO DE PRESENÇA FÍSICA COMO DE EXECUÇÃO DE ATOS, DE FORMA QUE OS SEUS SUBORDINADOS MIREM-SE EM SEU EXEMPLO"

limitações de cada um, mas sem o pessimismo de que não se terá como efetivá-las, ou que isso não irá funcionar ou não dará certo, porque aí se cria desestímulo a contagiar toda equipe que gravita em volta do gestor.

É certo que, para se ter um razoável êxito, cada gestor deve eleger as suas prioridades e também ter uma

revisora um critério nos moldes que o STJ vem difundindo no sentido de somente alterar valor arbitrado em condenação pecuniária por dano moral se ele for irrisório ou então exorbitante, porque aí desestimularia recursos desnecessários, face previsibilidade no 'juízo ad quem', com ganhos à segurança jurídica.

"OUTRA QUESTÃO QUE TAMBÉM NÃO PODE SER ESQUECIDA DA BOA GESTÃO DO JUDICIÁRIO COM RELAÇÃO À EXECUÇÃO DE METAS PARA BOAS PRÁTICAS É A REAVALIAÇÃO DOS DEFERIMENTOS DOS PEDIDOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA SEM MAIOR INDAGAÇÃO"

dedicação ao trabalho tanto de presença física como de execução de atos, de forma que os seus subordinados mirem-se em seu exemplo, ou até se reavaliem, para não se isolarem, dando ensejo a uma integração positiva.

Outra questão que também não pode ser esquecida da boa gestão do Judiciário com relação à execução de metas para boas práticas é a reavaliação dos deferimentos dos pedidos de assistência judiciária sem maior indagação.

Chuvas favorecem a proliferação do Aedes Aegypti

Mosquito é responsável pela transmissão da dengue, chikungunya e zika

Com a chegada do calor e do período chuvoso, aumenta a preocupação com a proliferação do Aedes Aegypti, mosquito transmissor de doenças como dengue, chikungunya e zika.

De acordo com pesquisa apresentada pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), no dia 14 de dezembro, dos 138 municípios mineiros analisados, aproximadamente 80 deles estão com o índice do vetor acima do que é preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

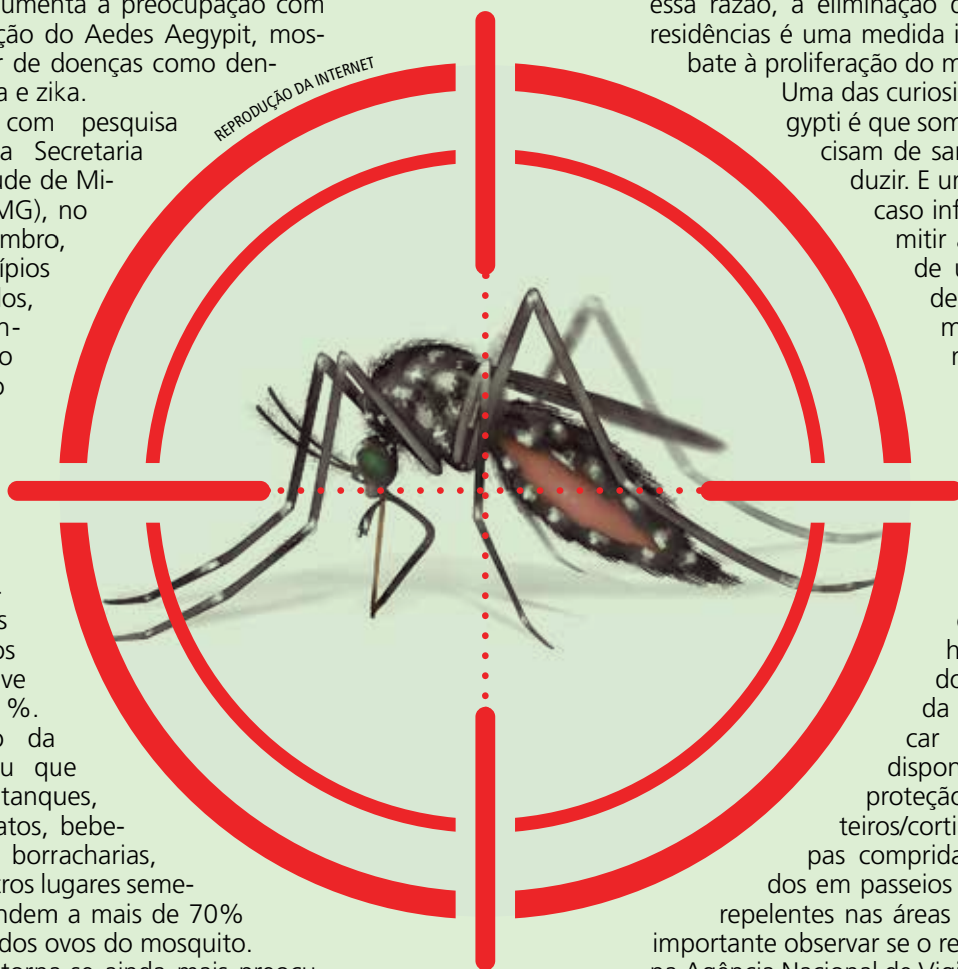
Na avaliação da OMS, a quantidade de imóveis com criadouros do mosquito deve ser inferior a 1%. O levantamento da SES-MG apontou que barris, tambores, tanques, poços, vasos, pratos, bebedouros, obras, borracharias, calhas, lajes e outros lugares semelhantes correspondem a mais de 70% dos depositórios dos ovos do mosquito.

Esse número torna-se ainda mais preocupante, pois o Aedes Aegypti é um inseto doméstico, que habita as casas, cuja reprodução (postura dos ovos) é feita em água limpa, pa-

rada e distribuída em diversos criadouros. Por essa razão, a eliminação dos repositórios nas residências é uma medida importante no combate à proliferação do mosquito.

Uma das curiosidades do Aedes Aegypti é que somente as fêmeas precisam de sangue para se reproduzir. E um mesmo mosquito, caso infectado, pode transmitir a doença para mais de uma pessoa. O Aedes pica preferencialmente nas pernas e nos pés. Portanto, o uso de calças compridas pode ajudar na proteção.

As pessoas que viajarem nos período de férias devem tomar alguns cuidados especiais, como: verificar se há algum criadouro do mosquito no local da hospedagem, buscar acomodações que disponham de telas de proteção ou levar mosquiteiros/cortinado, utilizar roupas compridas e sapatos fechados em passeios ecológicos e aplicar repelentes nas áreas expostas da pele. É importante observar se o repelente é registrado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), seguindo todas as instruções de, principalmente quando a aplicação for feita em uma gestante. ■



REPRODUÇÃO DA INTERNET

Amagis Saúde facilita reembolso

Documentos poderão ser digitalizados e enviados por e-mail

GEORGIA BAÇVAROFF

Reunido no dia 13 de dezembro, o Conselho Gestor da Amagis Saúde apreciou solicitação dos associados e, por unanimidade, aprovou uma alteração no regulamento do plano, que facilita o pedido de reembolso pelos usuários.

Com a mudança, os associados que precisarem encaminhar comprovantes, recibos, notas fiscais ou relatórios médicos poderão digitalizar os documentos e enviá-los por e-mail, para o endereço eletrônico reembolso@amagis.com.br. Na decisão, o Conselho fez a ressalva de que, quando considerar necessário, a Amagis Saúde poderá solici-



**Conselho
Gestor
reunido
na Amagis
Saúde**

tar a documentação original, preservando assim casos excepcionais.

O plano assegura o reembolso das despesas efetuadas pelos associados nos seguintes casos: urgência ou emergência ocorrida em todo o território nacional, quando não for possível a utilização dos serviços próprios ou credenciados da Amagis Saúde; e em atendimentos eletivos (programados) ocorridos dentro da área de abrangência

geográfica do plano. O reembolso é feito de acordo com a tabela da Amagis Saúde.

A mudança é válida tanto para o plano Amagis Saúde Estadual quanto para a cobertura oferecida na modalidade Amagis Saúde Grupo de Estados.

CARTEIRINHAS

Na segunda quinzena de dezembro, a Amagis Saúde enviou aos associados as

carteiras de identificação dos convênios Cabesp e Caberj, que são renovadas anualmente pelas respectivas operadoras, tendo assim validade até o dia 31 de dezembro. As carteirinhas da Amagis Saúde têm validade até 2018, e serão enviadas com antecedência para os usuários do plano.

Os convênios Cabesp e Caberj fazem parte do Amagis Saúde Grupo de Estados, que oferece atendimento em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, sem a chamada diferença de tabela. Para verificar a relação de credenciados dos planos, visite os sites cabesp.com.br e caberj.com.br. ■



**Os documentos
poderão
ser enviados
para
reembolso
@amagis
saude.com.br**

DICAS

Autorização prévia para exames laboratoriais

Alguns exames laboratoriais seguem as Diretrizes de Utilização da Agência Nacional de Saúde (ANS) e necessitam de autorização prévia da Amagis Saúde para serem realizados. Conheça abaixo alguns desses procedimentos.

- | | | |
|--|---|-------------------------------------|
| ◆ Exames que precisam de autorização prévia | ◆ Citomegalovírus - Qualitativo por PCR | ◆ HER-2 - dosagem do receptor |
| ◆ Anticorpo anti peptídeo cíclico citrulinado - IGG (anti-CCP) | ◆ Fator V Leiden, Análise de Mutação | ◆ HLA B27, Fenotipagem |
| ◆ Análise molecular de DNA | ◆ Hepatite B - Teste Quantitativo | ◆ Protrombina, Pesquisa de Mutação |
| | ◆ Hepatite C - Genotipagem | ◆ Vitamina E, pesquisa e/ou dosagem |

Mais informações pelos telefones (31) 3079-3482 ou (31) 3079-3499